



Coordenação-Geral de Comunicação Social
Clipping 45/18- Segunda-feira, 12 de março

Jornal A Crítica

Capa - 03

Editorial: Sudam, atraso que custa caro - 04

Coluna Sim&Não - 05

Artigo de Osiris Silva: Fim do prazo de incentivos SUDAM/IRPJ - 06

Lideranças pressionam por incentivos da Sudam - 07

Jornal Em Tempo

Capa - 08

Coluna Contexto - 09

Produção de bicicletas fecha bimestre em alta - 10

Coluna de Sérgio Frota - 11

Jornal do Comercio


Entrevista com Nelson Azevedo, vice-presidente da FIEAM - 12

INDÚSTRIA

Empresários cobram luta pela Sudam

Incentivos fiscais administrados pela autarquia federal perdem a vigência em dezembro deste ano, o que preocupa lideranças. **PÁGINA A3**

SUDAM: ATRASO QUE CUSTA CARO

 A Sudam, assim como a Suframa, é mais valorizada pela classe política com potencial bandeira de campanha do que como indutor do desenvolvimento na região mais desprovida de infraestrutura do País. Apenas isso justifica o fato de que os debates em torno da prorrogação dos incentivos administrados pela autarquia foram deixados para os últimos meses antes do fim de sua vigência, que ocorrerá em 31 de dezembro deste ano. Por que não adiantaram os debates e aproveitaram para aprofundar os debates a respeito da missão e resultados da Sudam,

bem como de sua equivalente nordestina, a Sudene? Porque com isso, os pré-candidatos perderiam um valioso tema para discursos inflamados nos palanques: a defesa da Sudam. Não há dúvida que os incentivos serão prorrogados ainda neste ano, provavelmente antes das eleições, com direito a muitos "heróis" e defensores dos milhares de empregos gerados pelas empresas incentivadas. Mas o atraso nas discussões em nome de comodidades políticas tem um preço alto. Aos olhos do mercado, tudo pode acontecer, inclusive nada. Enquanto os incentivos não

estiverem prorrogados e a lei publicada no Diário Oficial da União, não vale a pena apostar nesses incentivos. São investimentos preciosos que deixarão de ser realizados no Norte e no Nordeste por causa da proximidade do fim das vantagens. É uma pena que a Sudam não seja vista com a seriedade que merece. Para as legendas partidárias dominantes no Brasil, é apenas mais uma autarquia federal para agregar força política por meio da indicação de gestores. Se pelo menos não for usada diretamente nos engrenagens da corrupção com já aconteceu há pouco mais de uma

década, já será alguma coisa. Só para lembrar: criada em 1966, a Sudam foi extinta em 2001, no governo Fernando Henrique Cardoso, sob uma chuva de denúncias e desvio de verbas públicas. O caso nunca devidamente apurado, e os envolvidos - eles alguns deputados e senadores da região - nunca foram punidos. A região e seus habitantes foram os únicos penalizados. Recriada em 2003, a Sudam oferece incentivos fiscais importantes e pode desenvolver papel relevante na aplicação de políticas públicas desenvolvimentistas no Norte. Só falta vontade política.

Sudam O clima entre os empresários de Manaus é de insatisfação com o desempenho de deputados e senadores na luta pela prorrogação dos incentivos da Sudam, que terminam em 31 de dezembro deste ano.

Cochilo Para as lideranças empresariais, a bancada cochilou ao não assegurar a prorrogação dos incentivos administrados pela autarquia já no ano passado, uma vez que, neste ano, o tempo será mais curto por conta da Copa do Mundo e das eleições.

Finda prazo dos incentivos SUDAM/IRPJ

No processo de estruturação de funding, crucial se torna identificar com precisão e eficácia alternativas de captação de recursos destinados à viabilização de empreendimentos. Na Amazônia, em meio ao universo de fontes disponíveis, umas das mais importantes diz respeito ao reinvestimento de parte do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro da exploração, um dos incentivos fiscais administrados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Como do conhecimento dos empresários, e, por igual, dos consultores econômicos, a captação de recursos na medida certa dos custos incidentes sobre investimentos fixos ou de movimento (capital de giro) é vital para proporcionar condições adequadas à posta em marcha do negócio.

De acordo com o Art. 27, da Portaria Nº 283, de 4 de julho de 2013, do Ministério da Integração Nacional

Osiris Silva

ECONOMISTA
 email: osirisasilva@gmail.com



(MIN), até 31 de dezembro de 2018, as pessoas jurídicas que tenham empreendimentos em operação na área de atuação da SUDENE e SUDAM e que se enquadrem nos setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional, poderão depositar no Banco do Nordeste do Brasil S/A - BNB ou Banco da Amazônia S/A, respectivamente, para reinvestimento, 30% (trinta por cento) do valor do Imposto de Renda devido pelos referidos empreendimentos, calculados sobre o lucro da exploração, acrescido de 50% (cinquenta por cento) de

recursos próprios. O benefício, na forma do regulamento dos incentivos fiscais, é assegurado às pessoas jurídicas que tenham empreendimentos na área de atuação da SUDAM e que estejam enquadradas em setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional, conforme o Decreto nº 4.212/2002, até 31 de dezembro de 2018. Ainda conforme a Portaria 283/2013, a liberação dos recursos fica condicionada à aprovação, pela SUDAM, do respectivo projeto técnico-econômico de modernização ou complementação de equipamentos. Sua aplicação, obrigatoriamente, deve ser efetuada na área de atuação da SUDAM e SUDENE e, exclusivamente, em máquinas e equipamentos cujas inversões poderão já ter sido realizadas no período-base do exercício financeiro a que corresponder o depósito no Banco do Nordeste do Brasil S/A -

BNB ou Banco da Amazônia S/A, respectivamente. Conforme dispõe a Portaria em referência, o valor correspondente ao incentivo (30% do Imposto de Renda devido) e o acréscimo de 50% de recursos próprios, deverão ser depositados e preservados em conta específica aberta no Banco do Nordeste do Brasil S/A - BNB ou Banco da Amazônia S/A, respectivamente. Além dessa fonte, a SUDAM, adicionalmente, administra Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, um instrumento financeiro de natureza contábil, criado pela Medida Provisória nº 2157-5, de 24/08/2001. O FDA tem por finalidade garantir recursos para a realização de investimentos privados na Amazônia legal, estimulando o desenvolvimento da Região, por meio de recursos oriundos de dotações Orçamentárias à conta do Tesouro Nacional, resultados de aplicações

financeiras à sua conta, produto da alienação de valores mobiliários, dividendo de ações e outros a ele vinculados. Preocupante a informação segundo a qual os empreendimentos incentivados do Amazonas representam menos de 10% do total das aplicações da SUDAM na região. Importantes alertar, por outro lado, que o novo Regulamento dos Incentivos Fiscais, aprovado pela Portaria Nº 283/2013, do MIN, incorporou diretrizes para concessão da isenção de 100% do IRPJ às pessoas jurídicas fabricantes de máquinas, equipamentos, instrumentos e dispositivos, baseados em tecnologia digital, voltados para o programa de inclusão digital. Ante a iminência de encerramento do prazo de concessão do incentivo do IRPJ, 31 de dezembro de 2018, deverá ocorrer ainda esta semana na FIEAM reunião com a SUDAM, Banco da Amazônia, governo estadual e representações empresariais visando uma saída para a situação.

Desenvolvimento regional > Competitividade

Parlamentares e empresários da Zona Franca de Manaus aceleraram as articulações para que o Congresso Nacional aprove um projeto de lei para prorrogar os incentivos concedidos pela Sudam por mais 20 anos, a partir de 2019.



Região Norte

No período de 2007 a 2017, cerca de 800 empresas foram beneficiadas com os incentivos segundo levantamento da Sudam.

180 mil empregos

na Zona Franca foram gerados pelos incentivos fiscais em uma década.

Lideranças pressionam por incentivos da Sudam

Incentivos fiscais que acabam no final do ano tratam da redução do imposto de renda, isenção e reinvestimento do IR

ANTONIO PAULO E LARISSA CAVALCANTE
 politica@acritica.com

REDAÇÃO E BRASÍLIA (SUCURSAL) - No dia 31 de dezembro encerra o prazo de validade dos incentivos fiscais administrados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). O Projeto de Lei do senador do Ceará Eunício Oliveira (MDB), em tramitação no Senado, estende o prazo para 2023. Economistas e empresários pressionam a bancada do Amazonas para apoiar os projetos que garantem a prorrogação dos incentivos e consequentemente a competitividade e novos investimentos para região.

Parlamentares e empresários aceleram as articulações para que o Congresso Nacional aprove um projeto de lei para prorrogar os incentivos concedidos pela Sudam. Os incentivos tratam da redução do imposto de renda, isenção e reinvestimento do IR.

Os empresários da Zona Franca de Manaus, que recebem incentivos da Sudam, estão preocupados porque 2018 será um ano reduzido nas atividades legislativas, motivadas pela Copa do Mundo e, principalmente, pelo processo eleitoral.

Há pelo menos dez projetos de leis tramitando na Câmara dos Deputados e no Senado que elevam o tempo de vigência dos benefícios a partir de 31 de dezembro de 2018. Uma dessas proposições é de autoria do deputado federal do Amazonas, Pauderney Avelino (DEM).

O PL 962/2011, da Câmara dos Deputados, prorroga o prazo de vigência dos incentivos da Sudam e Sudepe por mais 20 anos. Com alteração na MP 2.199-14/2001 e da Lei 11.196/2005, o projeto do deputado Pauderney estende até 31 de dezembro de 2038 o prazo do incentivo de redução de 75% do imposto de renda.

Na justificativa do projeto de lei, o deputado amazonense alega que a prorrogação do prazo é fundamental para a instalação de novas empresas, bem como para a ampliação e modernização das empresas existentes.

Para o economista Wallace



Desde 2009, a fabricante japonesa de motocicletas Yamaha, instalada em Manaus, recebe isenção com a redução de 75% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica

Em números

#

3,5

bilhões de reais é o valor dos investimentos realizados nos nove estados da Amazônia Legal, em 2017 de acordo com a Sudam. Os investimentos abrangem: transferências voluntárias através de convênios, incentivos fiscais com a redução do imposto de renda, e investimentos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia.

Meirelles, a defesa da prorrogação dos incentivos deveria ser preocupação de todas as bancadas da região amazônica. "Essa

inssegurança sobre a prorrogação dos incentivos até dezembro vai impactar crescimento da região, o que é preocupante", disse.

Meirelles enfatiza que os incentivos representam em quase uma década mais de R\$ 2 bilhões ao ano em uma região carente de infraestrutura com uma logística precária e problemas socioeconômicos estruturais. "Isso irá comprometer o crescimento regional, bem como a fragilização dos mais de 180 mil empregos", frisou.

Na avaliação do presidente do Grupo TVLar, José Azevedo, é preciso aumentar a competitividade e não retirar incentivos. "Os deputados federais e senadores precisam começar a trabalhar nesse sentido. Estamos precisando de mais vantagens e tirar os Incentivos irá inviabilizar

Encontro

O titular da Sudam Paulo Roberto Correia irá se reunir com consultores, empresários e parlamentares no dia 15, às 16h, na sede Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam). Entre os temas do encontro está a prorrogação dos incentivos fiscais para 2023. No dia 16, representantes da Sudam irão visitar as empresas incentivadas Yamaha e Moto Honda.

não apenas a indústria, mas o comércio também", destaca.

BALANÇO

No período de 2007 a 2017, cerca de 800 empresas foram bene-

ficiadas com os incentivos segundo levantamento da Sudam. O número de incentivos fiscais ultrapassa 2.150 concessões na última década gerando 185.550 empregos. E entre os diretos e indiretos, estima-se que foram gerado 750 mil empregos nesse período em toda a Amazônia. O Amazonas é o estado, por conta da ZFM, com o maior número de projetos aprovados na Amazônia Legal, seguido pelo Mato Grosso e pelo Pará.

Para o coordenador de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros da Sudam, Indalécio Pacheco, a diminuição percentual no número de incentivos fiscais concedidos ao Amazonas, não significa um decréscimo, mas, sim que outros estados avançaram na conquista de incentivos fiscais.

Blog

Francisco Mourão

PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA



O assunto é preocupante porque os incentivos concedidos pela Sudam têm um papel fundamental no crescimento da região Norte. Os incentivos por meio da redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica completa a atuação das empresas incentivadas pela Zona Franca. O governo abre mão de uma parte do imposto de renda de pessoas jurídicas para que essas empresas com o projeto aprovado pelo Conselho Deliberativo da Sudam (CONDEL) realize a sua produção, investimentos e a geração de mão de obra. Até o dia 31 de dezembro as empresas podem entrar com a solicitação do laudo de isenção fiscal para redução do imposto de renda pessoa jurídica. Quem conseguir a concessão dos incentivos terá a mesma validade por dois anos. É importante que os representantes amazonenses na Câmara e no Senado participem dessa discussão e apoiem os projetos que estão tramitando e que beneficiam toda região amazônica.

Segundo Pacheco, os incentivos fiscais são uma renúncia fiscal e não verba orçamentária. Os recursos da desoneração fiscal são aplicados na modernização, diversificação e ampliação do parque industrial da Amazônia, contribuindo para o crescimento econômico, com geração de emprego e distribuição de renda.

Incentivo à inovação tecnológica

Uma das empresas contempladas com o incentivo da Sudam é a Yamaha que recebe a isenção com a redução de 75% do imposto de Renda Pessoa Jurídica desde de 2009.

De acordo com o diretor adjunto Genoir Piersan, todo o incentivo tributário, especialmente aqueles vinculados à inovação tecnológica, são sempre benéficos, em especial para a empresa que tem em sua essência a inovação tecnológica.

"Esse incentivo permite a empresa se programar para prosse-

guir investindo em novos desenvolvimentos que mantém os produtos da Yamaha na vanguarda dos mercados em que participa. Uma das vocações do PIM é a inovação tecnológica, e a preservação de incentivos fiscais é essencial para que o modelo econômico em vigor permaneça eficaz", frisou.

Na avaliação do gestor, a prorrogação dos incentivos fiscais representa melhoria na competitividade e é sempre analisado por investidores, de modo que a preservação é de suma importância para que investimentos já realizados

sejam mantidos e na captação de novos investimentos.

O Amazonas é o estado com o maior número de projetos aprovados, se comparado às demais unidades da Amazônia Legal.

Fabricantes de bicicleta e motocicletas, indústrias de componentes elétricos e eletrônicos, indústria química, concentrados e corantes para bebidas, indústria de embalagens e a construção naval são segmentos de empresas instaladas no Amazonas que recebem os incentivos concedidos pela Sudam.

Comentário

HPOR Serafim Corrêa, ECONOMISTA E DEPUTADO ESTADUAL PELO PSB

"Dessa vez será mais difícil dar uma solução"

Avantagem da Sudam é comum à área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sude- ne). Portanto, interessa tanto ao Norte quanto ao Nordeste a prorrogação desses incentivos.

Tradicionalmente, esses incentivos têm sido prorrogados em uma ação integrada entre senadores do Norte e Nordeste. Imagino que isso esteja ocorrendo agora.

Alerto que hoje o Brasil vive um momento de querer reduzir os incentivos. Dessa vez será mais difícil

encontrar uma solução do que das outras vezes.

Se tem a ideia equivocada de que se não houver renúncia fiscal não haverá arrecadação. Isso não é verdade. Se não houver renúncia fiscal não terá atividade econômica na região ou pelo menos será reduzida. Acredito que talvez terminem buscando uma negociação para redução de 50% do imposto de Renda Pessoa Jurídica. É um adicional para trazer outras empresas e é importante porque é um incentivo pa-

ra melhorar as condições da empresa, se capitalizar e fortalecer.

Os incentivos da Sudam são para aumentar o capital e fortalecer as empresas, diferente dos da Zona Franca voltados para o produto, consumo.

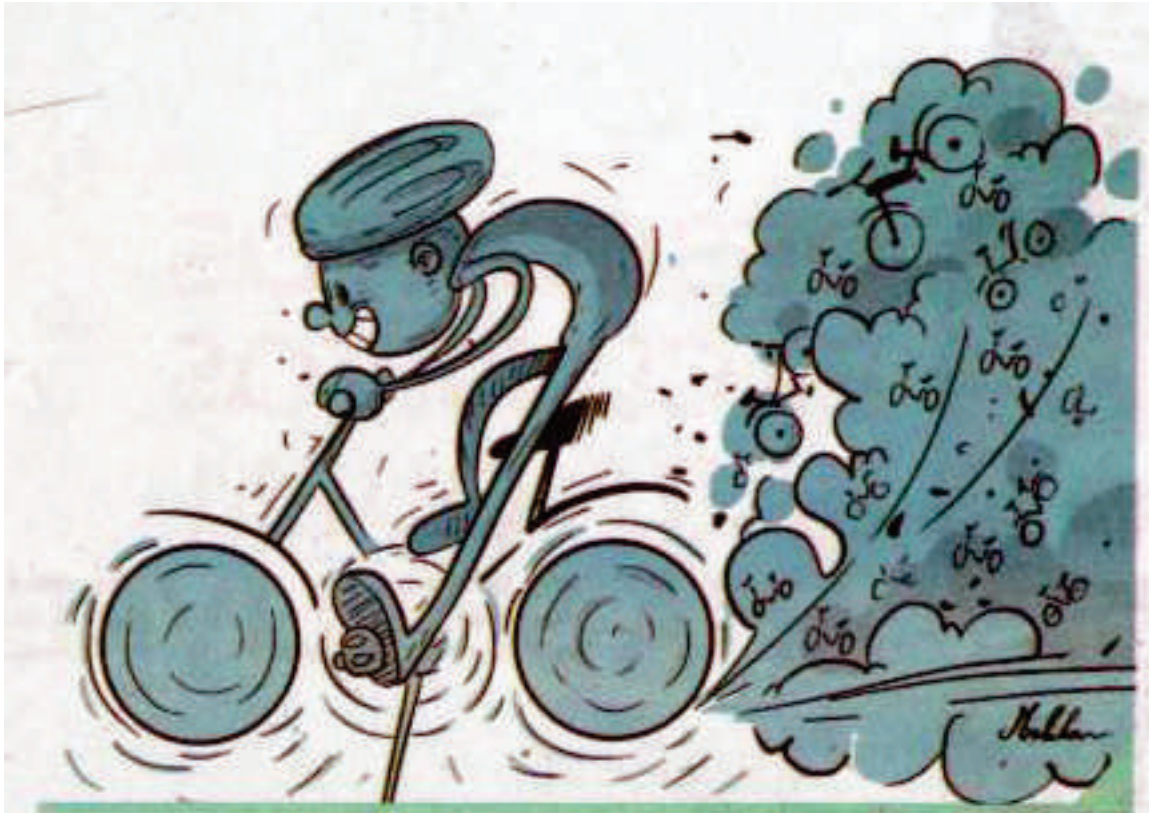
A prorrogação irá ampliar a competitividade da região e deve atrair novos investimentos. O Sude- ne tem menos incentivos fiscais que a região Norte, no entanto a logística e infraestrutura é fantástica quando comparada com a massa.

**Polo de duas
rodas registra
alta de 14% no
início de 2018**

Economia 10



Marcelo Mello



Acelerando no pedal

As indústrias de bicicletas instaladas no Polo Industrial de Manaus registraram crescimento da produção no primeiro bimestre deste ano. Em janeiro e fevereiro, saíram das linhas de produção dessas empresas 98.531 unidades, o que representa alta de 14% sobre as 86.448 unidades registradas no mesmo período do ano passado. Os dados são da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares.

Apesar da queda em fevereiro, o segmento da indústria amazonense conseguiu um bom resultado de 14% no acumulado dos dois primeiros meses de 2018

Produção de bicicletas fecha bimestre em alta

As indústrias de bicicletas instaladas no PIM (Polo Industrial de Manaus) registraram crescimento da produção no primeiro bimestre deste ano. Em janeiro e fevereiro - somados - saíram das linhas de produção destas empresas 98.531 unidades, o que representa alta de 14% sobre as 86.448 unidades registradas no mesmo período do ano passado. Os dados são da Abraciclo (Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motoetas, Bicicletas e Similares).

Com este avanço no bimestre, a entidade confirma a expectativa de evolução do setor em 2018. A estimativa é de produção de 727 mil unidades no PIM, no presente ano, representando alta de 9% na comparação com 2017, quando foram produzidas 667.363 bicicletas em Manaus.

O vice-presidente do segmento de Bicicletas da Abraciclo, João Ludgero, observou que o resultado do bimestre confirma a tendência de evolução dos negócios para este ano. "É para atender à crescente demanda por bicicletas de maior valor agregado e tecnologicamente avançadas que são produzidas no polo de Manaus", explicou.

Apesar do resultado positivo do acumulado do ano, a alta se deu por conta do volume recorde de janeiro (49,8%), uma vez que em fevereiro houve recuo de 10,2% na comparação com o mesmo mês do ano passado. Foram fabricadas 46.320 bicicletas contra as 51.599 unidades produzidas no mesmo mês do ano passado. Já na comparação com janeiro (52.211 unidades) a redução foi de 11,3%.

"Trata-se de uma queda pontual ocasionada devido ao feriado do Carnaval, que neste ano aconteceu no meio de fevereiro, interferin-



MÁRCIO MELO

O resultado do acumulado do ano só foi bom porque, em janeiro, as fabricantes registraram alta recorde de quase 50%

do no desempenho mensal confrontado com janeiro e também com o mesmo mês de 2017", comentou Ludgero.

Importação e Exportação

Segundo os dados do Mdic (Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços), analisados pela Abraciclo, a importação de bicicletas em todo o território nacional totalizou 24.562 unidades no primeiro bimestre, alta de 14,6% sobre o mesmo período de 2017 (21.439).

Na análise somente de feverei-

ro, conforme a Abraciclo, foi verificado o volume de 7.047 unidades importadas, o que demonstra queda de 31,2% sobre o mesmo mês do ano passado (10.238). Já na comparação com janeiro (17.515), houve redução de 59,8%.

As exportações registraram crescimento de 108,6% sobre o mesmo período do ano passado. Foram produzidas 1.410 unidades, no primeiro bimestre, frente as 676 do mesmo período do ano passado. Paraguai (1.392) e Bolívia (18) foram os principais destinos. Na verificação do desempenho isolado de fevereiro (692), foi verificado aumento de 4,225% na comparação como mesmo mês de 2017 (16 unidades).

Resultados por categoria

Os dados divulgados pela entidade mostram também que

em fevereiro foram produzidas 23.262 bicicletas da categoria urbana, o que representou uma queda de 21,9% sobre janeiro (29.776). A categoria Mountain Bike, MTB, contou com 22.188 unidades produzidas nas fábricas do PIM, com resultado mensal 1,2% superior ao mês anterior (21.918). Por último, aparece as bicicletas da categoria Estrada, totalizando 870 unidades, com aumento de 1,9% sobre janeiro (517).

No que diz respeito à participação, segundo a Abraciclo, a categoria urbana aparece no topo do ranking, com 50,2%, seguida de MTB, com 47,9%, e Estrada (1,9%). "Mais uma vez o segmento de MTB se destacou, porque é um tipo de bicicleta que tem sido muito utilizada para uso urbano, além de sua aplicação clássica como veículo off-road", finaliza Ludgero.



Ministro interino da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Marcos Jorge de Lima após a reunião da 282ª do CAS, visitou no PIM a Moto Honda sendo recebido pelo diretor de Relações Institucionais, Mario Okubo e pode conhecer o processo produtivo que entrega uma nova motocicleta a cada 36 segundos. A empresa possui quase 8 mil trabalhadores diretos. Acompanharam o ministro o superintendente da Suframa, Appio Tolentino e o deputado federal Pauderney Avelino

Divulgação

Superintendente da Suframa, Appio Tolentino será homenageado com o Prêmio Destaques do Ano



Entrevista

NELSON AZEVEDO, vice-presidente da Fieam

'Estamos atrasados para o futuro'

As tecnologias digitais vêm provocando mudanças rápidas e irreversíveis em todas as áreas de negócio. É o assunto do momento tratado com a devida urgência pela Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), que aponta um caminho único para as empresas do segmento industrial, ou adotam os novos processos de manufatura – a manufatura 4.0 – ou perdem mercado. Para o vice-presidente da Fieam, Nelson Azevedo, essa quebra de paradigmas pode significar oportunidade, para uns, ou ameaça para outros. Leia a seguir trechos da entrevista com o empresário:

Jornal do Commercio – Como podemos definir essa nova era da industrialização no mundo?

Nelson Azevedo – Desde o início dessa década estamos ouvindo os rumores sobre essa quarta revolução industrial, a Indústria 4.0, representada pelo uso integrado de tecnologias digitais avançadas, da automação e inovação em processos de manufatura. A diferença para as revoluções industriais anteriores é a velocidade assustadora como vem ocorrendo – se levarmos em conta o intervalo de um século entre as revoluções anteriores – do surgimento das máquinas a vapor, no século 18, à introdução da siderurgia e petroquímica na produção em massa, no século 19; à era eletrônica, com o primeiro controlador lógico programável, a partir dos anos 1970, ou seja,

a indústria segue evoluindo e se reinventando, só que esse recente salto tecnológico, da produção seriada e padronizada para a digitalizada aconteceu em menos de 40 anos. E agora, que bate à nossa porta, devemos encará-la com a devida seriedade dentro da política industrial brasileira.

JC – A digitalização vai afetar também a forma da indústria fazer negócio?

Azevedo – Sem dúvida. A digitalização da produção industrial deu origem ao conceito de manufatura avançada que já está provocando e vai provocar ainda mais impactos significativos não só no desenvolvimento de produtos, mas também na forma de se fazer negócios. As empresas que não adotarem as tecnologias digitais terão muita dificuldade de se manter competitivas e, conseqüentemente, no mercado.

JC – O que essa tecnologia traz de bom para a humanidade?

Azevedo – Já tivemos a oportunidade de ver isso no dia a dia. São muitos os exemplos do que as tecnologias digitais podem fazer – para o bem – ou para o mal – além dos resultados dessa fusão do mundo real com a realidade virtual. Quando o nosso smartphone nos reconhece pela voz, ou quando descobrimos o que a impressora 3D pode fazer nas áreas de desenvolvimento de produtos, como os blocos e estruturas de suporte usados pela indústria da construção, muito mais resistentes e leves que os convencionais, aí percebemos



Azevedo diz que a 4ª Revolução Industrial já está em curso

que daqui pra frente não tem mais volta.

JC – Então, o segmento industrial tem uma agenda urgente a cumprir?

Azevedo – Com a chegada da Indústria 4.0, a forma como a maioria das nossas indústrias produz atualmente estará totalmente ultrapassada em muito pouco tempo. Para alguns setores, a necessidade de atualização tecnológica virá mais cedo, mas

acabará chegando para todos. Porque da nossa habilidade em dar esse grande salto tecnológico dependerá a nossa capacidade de competir internacionalmente.

JC – Alemanha e Estados Unidos já estão bem adiantados nessa área da manufatura inteligente. Em que estágio está o Brasil?

Azevedo – Estamos cientes de que adentramos nesse “admirável mundo novo” com um

pouco de atraso em relação a alguns dos nossos concorrentes diretos. Mas, se o Brasil ainda não está preparado para adotar em larga escala as principais tecnologias envolvidas nesse processo, temos que levar em conta aspectos estruturais, educacionais e culturais do nosso país.

Tenho aqui um estudo recente e muito revelador da CNI (Confederação Nacional da Indústria), indicando que pelo menos 14 dos 24 setores da indústria brasileira precisam adotar com urgência estratégias de digitalização para se tornarem competitivos em nível internacional. O estudo é o resultado do cruzamento de dados, como produtividade, taxa de inovação e exportação, dos vários setores, comparados ao desempenho dos mesmos segmentos nas 30 maiores economias do mundo. É desnecessário listar esses setores aqui, até porque estamos falando de diferentes níveis de inovação e produtividade, o que posteriormente dará origem a iniciativas direcionadas na política industrial do país.

JC – Quais são os principais entraves que a indústria brasileira enfrenta?

Azevedo – São muitos, e não basta correr contra o tempo. Entre os desafios que temos pela frente os mais urgentes são a falta de qualificação do nosso trabalhador, a insuficiente infraestrutura de telecomunicações do país, a dificuldade que as empresas manifestam

para identificar tecnologias e parceiros e, por fim, a ausência de linhas de financiamento apropriadas. Neste último caso, a Fieam, por meio da sua Coordenadoria de Tecnologia e Inovação, identificou uma ótima oportunidade de obtenção de recursos incentivados via unidade local da Embrapii (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial) para o desenvolvimento de projetos na área de Manufatura 4.0, como foi demonstrado no evento que realizamos em parceria na última quarta-feira (7), na sede da Fieam. Enfim, o governo federal acaba de anunciar um programa – Estratégia Nacional para a Indústria 4.0 – com recursos do Basi para financiar projetos com juros diferenciados.

JC – O que o Sistema Fieam está fazendo de concreto nessa área?

Azevedo – Devo adiantar em primeira mão que o Senai, em sintonia com a necessidade de atualização tecnológica da manufatura brasileira, vai oferecer, já a partir deste ano, 11 cursos de aperfeiçoamento em tecnologias, como: internet das coisas, robótica avançada, impressão 3D, manufatura híbrida, big data, computação em nuvem, inteligência artificial e sistemas de simulação virtual. Em países mais adiantados na Manufatura 4.0, como os Estados Unidos, acredita-se que 60% dos novos empregos que vão surgir neste século exigirão habilidades que apenas 20% da força de trabalho atual possuem.